

**HABEAS CORPUS Nº 547.880 - SP (2019/0353454-2)**

**RELATORA** : **MINISTRA LAURITA VAZ**  
**IMPETRANTE** : ROBSON LUIZ PEREIRA  
**ADVOGADO** : ROBSON LUIZ PEREIRA - SP181248  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : FABIO EVANGELISTA DA SILVA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

**EMENTA**

*HABEAS CORPUS*. PROCESSUAL PENAL. INSTRUÇÃO DEFICIENTE. AUSÊNCIA DE DOCUMENTOS ESSENCIAIS À ANÁLISE DA CONTROVÉRSIA. PETIÇÃO INICIAL LIMINARMENTE INDEFERIDA.

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de FABIO EVANGELISTA DA SILVA contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo no HC n.º 2253755-57.2019.8.26.0000.

Narra a inicial que o Paciente foi condenado à pena de 2 (dois) anos de reclusão, em regime inicial fechado, e ao pagamento de 20 (vinte) dias-multa como incurso no art. 171 do Código Penal.

Irresignada, a Defesa teria impetrado o *habeas corpus* originário perante o Tribunal estadual.

Nas razões do presente *writ*, alega a Parte Impetrante: a) a ausência de intimação do Paciente dos termos da sentença, o que geraria prejuízo ao Réu em razão da perda do prazo para a apelação; e b) o constrangimento ilegal decorrente da fixação de regime inicial mais gravoso do que o cabível na hipótese.

Requer "*a nulidade do feito a partir da publicação da sentença devolvendo ao mesmo o prazo para se manifestar a favor ou não da apelação, bem como corrigindo a pena a ele imposta por estar em desacordo com a legislação em vigor, visto ter sido o mesmo acometido de fraglante abuso de poder pelo juízo a quo, face a aplicação do regime fechado*" (fl. 18), além da revogação da prisão cautelar.

É o relatório. Decido.

# Superior Tribunal de Justiça

Verifico, todavia, não ser possível analisar a viabilidade do pleito deduzido, diante da instrução deficitária do *writ*, visto que a Parte Impetrante não acostou aos autos cópia das peças processuais essenciais, **notadamente do acórdão do mandamus originário ou da decisão liminar proferida pelo Desembargador Relator**, o que inviabiliza a análise do constrangimento ilegal alegado.

Como se sabe, **compete à Defesa narrar e instruir completa e adequadamente o *habeas corpus* (ou seu respectivo recurso)**.

Dessa forma, como a Defesa não se desincumbiu do ônus de formar adequadamente os autos, olvidando-se de que o *habeas corpus* "*pressupõe prova pré-constituída do direito alegado*" (STJ, HC 437.808/RJ, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe 28/06/2018), não há como apreciar o mérito do *writ*.

No mesmo sentido: HC n.º 508.081/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, DJe 08/05/2019; HC n.º 507.614/ES, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, DJe 08/05/2019; HC n.º 507.591/MG, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, DJe 08/05/2019; e HC n.º 507.828/RJ, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, DJe 08/05/2019.

Ante o exposto, com fundamento nos arts. 34, inciso XX, e 210 do RISTJ, INDEFIRO LIMINARMENTE a petição inicial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ  
Relatora